

André Gomyde

É presidente da Companhia de Desenvolvimento de Vitória

/// O sistema econômico brasileiro é fortemente atravancado por leis arcaicas e por um controle que parte do princípio de que todos são desonestos

Chega logo, século XXI!

Alvin Toffler sintetizou a economia mundial em três ondas: a primeira, com o advento da agricultura, fixou o homem à terra; a segunda, com a revolução industrial, massificou os mercados e criou a hierarquização nas organizações; e, por fim, a terceira onda que nos leva à era da informação e do conhecimento, com foco na criatividade e inovação, e onde o trabalho intelectual e compartilhado supera o trabalho puramente braçal.

Diversas partes do mundo já estão vivendo a pleno vapor o avanço da inovação. O investimento em educação aliada à cultura da ciência e da tecnologia já é fato consumado em muitos países. No Brasil, ainda temos nossa economia fortemente sustentada pela agricultura e pelas commodities. Uma agenda política envelhecida, buscando ainda uma política industrial moderna, investimentos em infraestrutura e logística, desoneração tributária, modernização das leis trabalhistas e uma legislação que favoreça o bom investimento, em vez de atravancá-lo; e por fim uma parcela minoritária de nossa população incluída digitalmente.

Nosso país vive fortemente a primeira

onda, luta por avançar à segunda onda e bate cabeça para inserir-se na terceira onda da economia.

O sistema econômico brasileiro é fortemente atravancado por leis arcaicas e por um sistema de controle que parte do princípio de que todos são desonestos e, por isso, precisam ser rigidamente controlados, com uma burocracia burra que impede a aceleração de nosso crescimento. O interessante é que a lógica é totalmente invertida, porque a rigidez do controle não faz com que corruptos sejam presos e paguem o preço de seus desmandos, quando na verdade a liberdade deveria ser total e a rigidez estar na punição e não no controle.

Somente uma total inversão das prioridades, com uma mudança radical no sistema educacional e na lógica de nosso sistema legal, poderá proporcionar ao país o bilhete de entrada no século XXI.

Um avanço foi a Lei de Parcerias Público-Privadas. A falta de recursos no setor público exige uma parceria com o setor privado, que pode investir seu capital na produção, remunerando-o melhor do que no sistema financeiro. No entanto, a criatividade dos gestores de projetos tem que ser aprimorada cada vez mais, para driblar a “burocracia” e o controle irracional, sincronizando o “timing” dos projetos ao “timing” político e acelerando a velha agenda do século XX para a nova agenda do século XXI. É a sincronia do tempo de cada ator dessas parcerias rumo ao futuro.